

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	15
-----------------------------	----

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

Capítulo 2

FUNDAMENTOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	19
----------------------------------------------------	----

2.1. O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	19
---------------------------------------------------------	----

a) Histórico do princípio da obrigatoriedade.....	21
---------------------------------------------------	----

b) Princípio da obrigatoriedade e teoria da pena.....	32
-------------------------------------------------------	----

c) Por uma nova compreensão da obrigatoriedade	35
------------------------------------------------------	----

2.2. A EVOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	39
--------------------------------------------------------	----

a) Influências para a sua criação	40
-----------------------------------------	----

b) Razões político-criminais para o Acordo de não persecução	47
--------------------------------------------------------------------	----

c) Resolução 181/17-CNMP <i>versus</i> art. 28-A, CPP	59
-------------------------------------------------------------	----

2.3. PROCESSO PENAL E CONSENSO.....	60
-------------------------------------	----

a) ANPP e <i>plea bargain</i>	64
-------------------------------------	----

b) ANPP e transação penal	67
---------------------------------	----

c) ANPP e suspensão condicional do processo.....	69
--------------------------------------------------	----

d) ANPP e colaboração premiada	72
--------------------------------------	----

Capítulo 3

ARQUITETURA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO.....	77
----------------------------------------------	----

3.1. NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	79
-------------------------------------------------------------------	----

a)	Negócio jurídico que veicula política criminal do Ministério Público	80
b)	Obrigações assumidas como equivalentes funcionais da pena	84
3.2.	REQUISITOS OBJETIVOS PARA O ANPP	87
a)	Pena mínima inferior a quatro anos (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	87
b)	Não cometido com violência ou grave ameaça (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	90
c)	Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	93
d)	Não seja admitida transação penal (CPP, art. 28-A, § 2º, I)...	103
e)	Inexistência de violência doméstica ou familiar ou razões da condição de sexo feminino (CPP, art. 28-A, § 2º, IV)	104
f)	Não ser caso de arquivamento (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	112
3.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS PARA O ANPP	113
a)	Sem reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo (CPP, art. 28-A, § 2º, II)	113
b)	Inexistência de acordo anterior (CPP, art. 28-A, § 2º, III).....	120
c)	Confissão formal e circunstanciada (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>) ..	121
3.4.	PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ANPP	136
a)	Plano da existência	137
b)	Plano da validade	142
c)	Plano da eficácia.....	145
3.5.	O OBJETO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	146
a)	Contextualização.....	146
b)	Reparar o dano ou restituir a coisa (CPP, art. 28-A, I)	148
c)	Renunciar a bens e direitos (CPP, art. 28-A, II).....	163
d)	Prestar serviço à comunidade ou entidade pública (CPP, art. 28-A, III)	166
e)	Pagar prestação pecuniária (CPP, art. 28-A, IV)	171
f)	Cumprir outra condição (CPP, art. 28-A, V)	173
g)	Das obrigações do Ministério Público	177

h)	Da inclusão de cláusulas que estabeleçam deveres laterais de conduta	177
i)	Da inclusão de outros acordos no bojo do ANPP	180
3.6.	APRECIACÃO JUDICIAL DO ANPP	181
a)	Da natureza jurídica da decisão que aprecia o ANPP.....	184
b)	Da homologação e fixação do local de cumprimento	186
c)	Da não homologação do ANPP	190
d)	Das consequências da não homologação do ANPP	199
e)	Da negativa do MP em propor o ANPP e sua eventual revisão	200
f)	Dos recursos no âmbito de aplicação do ANPP	212
3.7.	EXECUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	213
a)	Competência para a execução do ANPP	215
b)	Fiscalização do cumprimento	218
c)	Cumprimento do acordo	219
d)	Descumprimento e rescisão do acordo	220
e)	Extinção anormal do ANPP.....	223
f)	Recursos contra as decisões na execução do ANPP.....	224
3.8.	QUESTÕES PRÁTICAS E CONTROVERTIDAS SOBRE O ANPP	224
a)	Ação penal privada e subsidiária da pública	225
b)	Juiz e Promotor Natural	229
c)	Pessoa Jurídica e ANPP	230
d)	Cumprimento dos atos processuais.....	233
e)	Nomeação de defensor	235
f)	Direito subjetivo do investigado?	236
g)	Audiência de custódia	239
h)	Justiça Militar e Eleitoral	240
i)	Crimes hediondos ou equiparados	249
j)	Foro especial por prerrogativa de função	251
k)	Processos penais em curso	251

Capítulo 4**CONCLUSÃO 269****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 271****ANEXO I****ART. 18 DA RES. 181/17-CNMP 281****ANEXO II****MODELOS DE ANPP 287**

MODELO 1 288

MODELO 2 295

MODELO 3 299

ANEXO III**MODELO DE HOMOLOGAÇÃO DE ANPP 307****ANEXO IV****MODELO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ANPP 311****ANEXO V****MODELO DE DEVOLUÇÃO DO ANPP AO MP 313**